

**A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM TEMPOS DE AJUSTE FISCAL****LA DEMOCRATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA EN TIEMPOS DE AJUSTE FISCAL****THE DEMOCRATIZATION OF PUBLIC EDUCATION IN TIMES OF FISCAL ADJUSTMENT**Maria José Ferreira Ruiz<sup>1</sup>Ana Lucia Ferreira da Silva<sup>2</sup>Marci Batistão<sup>3</sup>

**Resumo:** A democratização da educação pública e gratuita ocupa a agenda das lutas pela educação a longa data. Diante disso o artigo tem por objetivo abordar a questão da democratização da educação, considerando o contexto da crise atual do capitalismo, que aponta para a necessidade de ajustes fiscais. Rememora a luta dos trabalhadores pela manutenção de seus direitos, no Estado do Paraná, tendo em vista as medidas de austeridade econômica. Utiliza a referência do materialismo histórico e como procedimento de estudo a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Conclui que a resistência dos trabalhadores traz o anúncio de mudanças qualitativas na sociedade e amplia a possibilidade de uma vida mais digna e justa para todos, o que não é possível enquanto persistir a sociedade de classes.

**Palavras chave:** Democratização da educação; Luta de classes; Ajuste fiscal; Educação pública.

**Resumen:** La democratización de la educación pública gratuita y ocupa la agenda de luchas por la educación desde hace mucho tiempo . Así, el artículo pretende abordar la cuestión de la democratización de la educación , teniendo en cuenta el contexto de la crisis actual del capitalismo , lo que apunta a la necesidad de ajustes fiscales . Recuerda la lucha de los trabajadores para el mantenimiento de sus derechos en el estado de Paraná , en vista de las medidas de austeridad económica . Usos del materialismo histórico como referencia y estudio de la literatura y el procedimiento de análisis de documentos. Se llega a la conclusión de que la resistencia de los trabajadores trae cambios cualitativos anuncio en la sociedad y aumenta la posibilidad de una vida más digna y justa para todos, lo cual no es posible mientras persista la sociedad de clases .

**Palabras clave:** La democratización de la educación; La lucha de clases; Ajuste fiscal; La educación pública.

**Abstract:** The democratization of free public education occupies the agenda of struggles for the long-time education. Thus the article aims to address the issue of democratization of education , considering the context of the current crisis of capitalism , which points to the need for fiscal adjustments . Recalls the struggle of the workers for the maintenance of their rights in the state of Paraná , in view of the measures of economic austerity . Uses of historical materialism as reference and study procedure literature and document analysis . It concludes that the workers' resistance brings qualitative changes ad in society and increases the possibility of a more dignified life and fair to all , which is not possible while persist class society .

**Key words:** Democratization of education; Class struggle; Fiscal adjustment; Public education.

**Introdução**

A moderna sociedade burguesa, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, sociedade que conjurou gigantescos meios de produção e troca, assemelha-se ao feiticeiro que perdeu o controle dos poderes infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas (MARX; ENGELS, 2005, p. 45).

A epígrafe acima, embora escrita em outro contexto, serve para ilustrar o caos pelo qual passa e passou a educação pública no Estado do Paraná, quando o governador do Estado perdeu totalmente o controle da situação, tendo em vista a luta dos trabalhadores pela manutenção de seus direitos trabalhista e abriu mão de todo o aparato bélico para tentar contê-los. Tendo isso em vista, a origem do texto remonta a estudos realizados no sentido de problematizar a luta dos trabalhadores pela democratização e pela qualidade da educação pública, que inclui: (i) a expansão das vagas na escola pública, (ii) a melhoria nas condições de permanência dos estudantes na escola e ainda a (iii) melhoria na condição do trabalho docente.

Tratar da democratização da educação pressupõe um entendimento sobre a democracia. No texto a concepção de democracia é amparada nos estudos de Wood (2006), Macpherson (1978) e Poulantzas (1977) para os quais, no capitalismo há uma redefinição deste conceito, que fica reduzido à perspectiva do liberalismo econômico. Neste formato, a democracia ocorre por meio da representatividade e as decisões políticas são tomadas por aqueles que foram escolhidos para legislar em nome do povo. Contudo, acabam legislando em causa própria ou para uma pequena elite que financia as campanhas políticas dos diferentes partidos. Assim, a representação institui somente um poder formal que se efetiva alheio à vontade do povo.

Diante disso, o texto tem o objetivo de abordar a democratização da educação, tendo em vista o contexto da crise atual do capitalismo financeiro, que vem apontando para a necessidade de ajustes fiscais. Em específico o texto tem o objetivo de rememorar e registrar os ataques que os trabalhadores da educação sofreram, entre os anos de 2014 e 2015, no Estado do Paraná, a fim de tentar manter seus direitos conquistados historicamente, tendo em vista as medidas de ajuste financeiro e austeridade fiscal. Para tanto, com base no materialismo histórico, utiliza-se da pesquisa bibliográfica e de análise documental, como recursos de pesquisa.

O texto está organizado em três seções. A primeira apresenta aspectos sobre a crise política e econômica do capitalismo financeiro e o ajuste fiscal proposto a partir dela. Este ajuste pesa muito mais aos trabalhadores, do que à classe dominante. Na sequência, aborda as greves e manifestações trabalhistas, como consequências da crise do capitalismo. Crise que, historicamente, serve de justificativa para desmontar os direitos trabalhistas. Na última seção apresenta um relato crítico e analítico sobre as respostas que os trabalhadores da educação paranaense veem dando, no sentido de se protegerem minimamente da empreitada do governo sobre os seus direitos.

Este texto, mais do que um registro de pesquisa acadêmica trata-se de um apelo para que os ataques aos trabalhadores paranaenses permaneçam na história e na memória do país e do mundo. Sua importância justifica-se, tendo em vista que, em grande parte das vezes a história é contada pelo viés da classe dominante (ZINN, 2005), deixando-se de lado outras histórias, que são representativas da classe daqueles que vivem do próprio trabalho.

### *Crise político-econômica e ajuste Fiscal*

Conforme Costa (2015), o ajuste fiscal tem permitido a elevação dos juros e o consequente enriquecimento desmedido da alta aristocracia. Num contexto de crise financeira há um processo encabeçado pelas diferentes mídias que pretende alardear que não há outra saída a não ser empreender medidas austeras, que são apontadas como uma solução quase que natural para as dificuldades da economia brasileira. A ideia geral, pautada no arcabouço teórico neoliberal, é que o ajuste fiscal precisa ser realizado a fim de amenizar os excessos cometidos pelo Estado, que investe demasiadamente nos gastos com as políticas públicas, sendo este o principal entrave para o crescimento econômico do país.

Contudo, muitos teóricos da área da economia política, a exemplo de Harvey (2015) e Costa (2015) apontam que esta não é a melhor saída a julgar pelo desastre que as medidas de austeridade econômica têm provocado em toda a Europa e outras partes do mundo. No atual governo federal as medidas de austeridade e ajuste fiscal são anunciadas em um contexto internacional que se mostra bastante desfavorável para o Brasil. O país passa por momentos difíceis em sua conjuntura interna, na qual impera uma estagnação econômica há tempo não vivenciada. Para Costa (2015, p. 15)

[...] um ajuste fiscal e monetário com o País em estado de estagnação econômica é uma aberração irracional, típica da cegueira neoliberal. Ao contrário do que os fundamentalistas vêm apregoando, essas medidas levarão o País à recessão, ao desemprego e à queda na renda da população, como está ocorrendo na Europa. Afinal, aumento nas taxas de juros, elevação dos impostos, cortes nos gastos públicos, contração do crédito e redução dos benefícios sociais levarão consequentemente à queda nos investimentos privados e ao desaquecimento da economia, com aumento do desemprego e redução na renda das famílias. Como se sabe, a renda das famílias representa dois terços na composição do Produto Interno Bruto. Portanto, essas medidas significam um fracasso anunciado [...].

Contudo, se o quadro é desanimador para os que vivem da sua própria força de trabalho, situação em qual se encontra a maioria da população brasileira e mundial, para os banqueiros e rentistas, que vivem de especulações financeiras e têm interesses no aumento de juros, este é o melhor cenário possível. Este contexto de crise tem levado os trabalhadores a reações e mobilizações de toda ordem. Manifestações e greves trabalhistas eclodem por todo o país, principalmente na área da educação, pois, esta correlação de forças entre as classes sociais e projetos societários antagônicos afetam a educação e os trabalhadores desta área.

O acesso à educação escolarizada é a efetivação de um direito social amparado constitucionalmente. Para que este direito seja garantido são necessárias políticas sociais que ampliem o acesso e a permanência dos estudantes na escola pública. Contudo, isto é obstado, em grande parte das vezes, pelas crises do sistema capitalista que conduz a precarização na área da educação e a crescente proletarização da profissão docente (SILVER, 2005).

Em um contexto de crise econômica, de difícil resolução, os mais atingidos são os trabalhadores de todas as áreas. Estes sofrem o aumento da exploração e ofensivas sobre seus direitos trabalhistas, enquanto os Estados, na perspectiva de Harvey (2010), se endividam com empréstimos a juros abusivos para financiar a crise sistêmica. Cumpre destacar que amparados nos estudos de Harvey (2010), Mészáros (2002)<sup>4</sup> e outros, entendemos que o Estado, em tempo de crise, assume a postura de Estado mínimo para

o social e máximo para o capital. Um dos recursos da classe trabalhadora para tentar minimizar os efeitos negativos é o recurso da greve.

### *Ajuste fiscal, greves e precarização do trabalho na área da educação*

Segundo Silver (2005) a classe trabalhadora da educação aumentou exponencialmente, conforme a conhecimento científico foi se tornando um bem de consumo importantíssimo para a produção de mercadorias. Assim, o setor educacional ampliou fortemente a oferta de empregos nesta área. Consequentemente, também aumentou exponencialmente a onda de protestos e greves de trabalhadores da educação pelo mundo todo, o que se acirrou a partir de meados do século passado. A greve na área da educação afeta e atrapalha a rotina das famílias e costuma abalar a opinião pública, que se divide entre o apoio ao direito de greve - dado a precariedade de trabalho e salários dos docentes - e a temeridade do efeito, em longo prazo, no processo educacional dos estudantes.

Contudo, os trabalhadores da educação são pressionados por reformas na área da educação, tendo em vista o contexto de crise do capital e o acirramento das políticas neoliberais, que apoiam a privatização, a mercantilização e as parcerias entre o setor público e privado e outras temeridades mais, na oferta dos serviços sociais. Em maior ou menor escala, estas políticas privatistas vêm sendo efetivadas de diferentes formas em outros países, como no Chile e também no Brasil<sup>5</sup>.

Contudo, para os neoliberais estas medidas são vistas como *modernizadoras*. Mas, em nosso entendimento elas são bastante deletérias para a educação pública de forma geral e têm impactado na condição de trabalho nesta área. Assim, diante dos salários baixos, salas superlotadas e outras mazelas, o trabalhador cada vez mais tem utilizado da greve como instrumento legítimo de defesa, como veremos na sequência, tomando como exemplo o Estado do Paraná.

### *O caso do Estado do Paraná*

Os acontecimentos, que aqui serão apresentados, tiveram origem no ano de 2014, quando o Estado do Paraná, em outubro deste ano, reelegeu para governador, em primeiro turno, Carlos Alberto Richa, do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB). O Plano de Metas elaborado por este governo, em 2014, anunciava que a educação seria uma área muito valorizada, destacando que “com os investimentos adequados em infraestrutura, a valorização dos profissionais, o incentivo à gestão democrática e a implementação de propostas pedagógicas que atendem às várias realidades das escolas, o Paraná se tornou uma referência educacional ao País” (PARANÁ, 2014, p. 73).

Contudo, logo após as eleições, já se iniciaram os duros golpes à democratização da educação. A Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) aprovou Projeto de Lei (PL 434/2014) que suspendia o processo de consulta à comunidade e prorrogava o mandato de diretores(as) das escolas estaduais. E isto ocorreu depois que as escolas já haviam realizado as suas assembleias e instituído suas respectivas comissões eleitorais. Ainda no mês de novembro, segundo nota do sindicato que representa os

trabalhadores(as) em educação pública do Paraná – APP Sindicato – uma série de denúncias indicavam que estavam ocorrendo pressões para fechamento de turmas por parte da Secretaria de Estado da Educação - SEED. As duas ações citadas provocaram descontentamento por parte do magistério que respondeu com mobilizações (APP, 2014a).

No findar do ano de 2014 o governador, que dizia valorizar o magistério, anunciou que não haveria pagamento do salário de dezembro aos servidores (as) de contrato temporário da educação básica, contratados por meio de Processo Seletivo simplificado (PSS). (LEÃO, 2015a). No âmbito do Ensino Superior a suspensão das verbas de custeio, do último quadrimestre de 2014, também configurou exemplo de descaso para com a educação pública. (LEÃO, 2015a).

No ano de 2015, em nome das medidas de austeridade financeira e do necessário ajuste fiscal, o governo do Paraná anunciou um *pacotão* com uma série de medidas, que juntas promoveriam um desmonte da carreira do magistério, com destaque para as alterações previstas no fundo previdenciário dos servidores públicos do Paraná. Tal mudança possibilitaria ao Estado utilizar algo em torno de oito bilhões de reais dos fundos da Paraná-Previdência para ajustar a crise financeira do Estado.

O contexto anunciado no primeiro governo de Richa (PSDB) somado ao *pacote de maldades* - como ficaram conhecidas as medidas de austeridade fiscal - anunciado no início de seu segundo mandato levaram a educação a deflagrar greve geral. No caso da Educação Básica, antes mesmo do início do período letivo de 2015, cerca de 10 mil trabalhadores da educação em Assembleia Estadual, realizada em Guarapuava, decidem pela deflagração da greve. (APP, 2015b).

No que se refere ao Ensino Superior, as IES iniciaram o mês de fevereiro com paralisações e deflagração de greve em reação ao pacote de medidas do governo, que além de afetar direitos dos servidores públicos, conforme já anunciado, também atacava a autonomia das Universidades, que dentre as medidas incluía mudanças na forma de gestão da folha de pagamento dos professores. Os demais itens de pauta variavam de acordo com cada categoria e instituição.

Logo após o indicativo de greve da Educação Básica um acampamento foi montado na Praça Nossa Senhora da Salete em frente à Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP e Palácio do Iguçu. Trabalhadores da educação oriundos de todas as regiões do Estado montaram suas barracas e marcaram suas posições para o que viria a se tornar uma luta histórica, jamais vista neste Estado. As universidades e outras categorias de servidores também participaram deste movimento, se estabelecendo no acampamento e somando forças contra o desmonte da educação pública.

No início de fevereiro a ALEP aprovou o regime de *Comissão Geral* para a realização da votação dos projetos que compunham o *pacotão*. Este regime (que ficou conhecido como *tratoração*) permitiu que a votação fosse realizada em apenas um dia eliminando a necessidade de submeter a eventual proposta a comissões específicas. Assim, os projetos encaminhados em regime de urgência pelo executivo poderiam ser apreciados e aprovados rapidamente, mesmo porque com uma bancada, majoritariamente, de apoio ao governo, ainda que houvesse tensões provocadas pela oposição, as votações serviriam apenas para validar as imposições do executivo, já que os deputados da base já haviam dado mostras de que chancelariam as imposições do governo.

Tal contexto impeliu os (as) trabalhadores (as) a buscarem estratégias de resistência. Uma delas foi ocupar a plenária da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), o que foi fundamental para pressionar os deputados a recuarem em relação à votação dos projetos. Essa estratégia foi decisiva, também, para a aprovação da lei que acaba com o mecanismo de *Comissão Geral*, na ALEP. (APP, 2015c).

A retirada dos projetos e a extinção do mecanismo de *Regime Geral* consubstanciaram-se em vitórias parciais para as categorias em greve, no entanto as ameaças ainda se faziam presentes, daí a necessidade de manutenção do movimento. Diante da pauta de reivindicações, neste período, o governo não propôs uma agenda de negociações, antes optou por conversas informais, ao invés de assumir compromissos junto aos servidores. No processo que se seguiu, que se mostrou bastante confuso, foram apresentadas unilateralmente algumas propostas por representantes do governo, que embora acenassem para o atendimento de alguns itens da pauta, em essência não eliminava os problemas provocados pelo conjunto de ajustes proposto pelo governo.

Paralelo a isso, o governo procurou, junto ao Judiciário, meios para penalizar o movimento legítimo dos servidores. Nesse sentido, ficou evidente o enfraquecimento e o descontrole do governo que precisou impor, por vias judiciais, o retorno das atividades. Isso mesmo diante da flagrante situação de violação dos direitos trabalhistas, como o não pagamento de parte de salários, a proposta de uma reforma na previdência calcada na ilegalidade, corte de direitos, desmonte da educação básica e superior e ainda, a não efetivação de docentes e servidores concursados e aprovados.

Na Assembleia histórica, realizada no estádio de futebol Vila Capanema, em Curitiba, no dia 4 de março, cerca de 20 mil trabalhadores rejeitaram as propostas apresentadas e votaram pela manutenção da greve (RAMIRES, 2015). Mesmo assim, nenhuma proposta substancial foi apresentada ao movimento no período que se seguiu. Apenas algumas promessas foram indicadas numa espécie de termo de compromisso redigido em um texto frágil, que deixava algumas lacunas importantes. Tal documento foi apresentado pelo líder do governo na Assembleia, deputado Romanelli. Motivada pela proposta governamental e associada às *pressões judiciais* impostas, no dia 9 de março, outra assembleia da Educação Básica foi realizada. Nesta, algo em torno de 12 mil trabalhadores se fizeram presentes e optaram por suspender a greve. As aulas retornariam, mas, permaneceria o estado de greve.

Em relação ao ensino superior, a suspensão da greve ocorreu de maneira dispersa. Ainda no mês de março um dos principais pontos da pauta do movimento, que se referia às mudanças na previdência dos servidores, foi novamente alvo de um projeto. Algumas mudanças foram empreendidas em relação ao projeto original, mas, em essência manteve seu caráter de ilegalidade. Ilegalidade uma vez que o governo se apropriou de um recurso que, de fato e de direito, pertence aos servidores do Estado do Paraná. Conforme análise do Sindprol/Aduel

A manobra contábil permitiria disponibilizar cerca de 140 milhões de reais por mês dos cofres do Estado que, segundo o líder do governo no legislativo, seriam utilizados para fazer investimentos necessários à população paranaense como a conclusão de obras já contratadas, por exemplo. (SINDIPROL/ADUEL, 2015b, p. 1).

A apresentação do projeto à ALEP provocou resposta por parte da Educação Básica e Superior, que reiniciaram seu movimento, reafirmando posicionamento contrário a qualquer mudança na *ParanáPrevidência*. O recurso de *judicialização* foi novamente utilizado com a intenção de criminalizar um movimento legítimo. O documento *Interdito Proibitório* serviu de fundamento para que se fosse organizada uma operação policial jamais vista antes na história do Estado.

As ações que culminaram no massacre ocorrido no dia 29 de abril tiveram início na madrugada do dia 27 e na manhã do dia 28, com agressões por parte de policiais, a estudantes e servidores públicos. Esta data (29 de abril) será lembrada como o dia em que o governo do Estado do Paraná, em um ato de total desrespeito por seus servidores, que pacificamente protestavam contra o governo, em defesa de seus direitos, buscou silenciar as manifestações desses trabalhadores contra a aprovação do Projeto de Lei, que alterava a *ParanáPrevidência*. As manifestações ocorriam em frente à ALEP, portanto, em pleno Centro Cívico, onde foram brutalmente cerceadas. O aparato policial que cercava a ALEP já indicava que a ação policial não seria apenas de contenção de manifestantes que ousassem ultrapassar a barreira estabelecida, mas sim, pela repressão e pelo uso da força e das armas, o que faz lembrar a Althusser (1985), quando explica que quando o Estado não convence pelas vias ideológicas, lança mão de seus Aparelhos Repressivos (ARE).

A palavra massacre, embora forte, cabe em função da desigualdade entre os sujeitos em confronto. Por um lado, professores, estudantes, servidores públicos de diferentes entidades – desarmados - protestando contra o golpe da previdência. De outro, um número expressivo de viaturas e policiais em torno de todo o Centro Cívico, armados com cassetetes, com bombas de gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta, balas de borracha, cães da raça *pit bull*, helicóptero fazendo voo rasante sobre as barracas dos acampados e jogando bombas de efeito moral, policiais a paisana, afora o aparato tecnológico utilizado para coleta de imagens, daqueles considerados, erroneamente, como responsáveis pela desordem no Centro Cívico. Assim, a polícia do Estado do Paraná, cumprindo ordens, atacou os trabalhadores com todo o arsenal de que dispunha, deixando muitos feridos, física e moralmente.

Em resposta ao Massacre e a aprovação do projeto *ParanáPrevidência*, uma caminhada parou o centro de Curitiba reunindo cerca de 30 mil pessoas. Desta manifestação participaram professores da rede básica de ensino e das universidades estaduais, além de diversas categorias do funcionalismo público. O governo além de descumprir a Constituição com o confisco do Fundo Previdenciário dos servidores ainda promoveu um verdadeiro atentado aos direitos democráticos dos cidadãos.

O movimento de greve continuou e em função de já estar no mês maio, incorporou à pauta de reivindicações o cumprimento da data-base, que reporia 8,13% referente à inflação acumulada em 2014. Também, foi incorporada a solicitação da revogação da lei (recém-aprovada) que alterava o regime da previdência e, sobretudo, exigia-se a punição dos responsáveis pelo Massacre.

Da mesma forma que na primeira fase da greve, esta também não recebeu a atenção devida por parte do governo do Estado e seguiu sem que negociações fossem feitas entre o governo e as entidades representativas dos servidores. O governo anunciou informalmente uma primeira proposta para a reposição salarial, que indicava um percentual de 5%. Depois, voltou atrás e apresentou nova proposta de

3,45%, dividida em três parcelas a serem pagas em setembro, outubro e novembro. O saldo restante ficaria para ser acertado em 2016, com a antecipação da data-base do funcionalismo público de maio para janeiro.

Desta forma, o governo do estado Paraná, na contramão daquilo que buscam os trabalhadores da educação, vem promovendo um verdadeiro desmonte da educação pública. O ataque aos servidores públicos tem tornado esse segmento um dos maiores financiadores do ajuste fiscal proposto por este governo. Por fim, o governo apresentou uma proposta que implica em pagamento em parcela única de 3,45% para outubro de 2015, referente às perdas de maio a dezembro de 2014. Embora não atendendo ao cálculo de reposição conforme indicava cálculos de órgão oficial, a proposta de correção salarial imposta - tendo em vista que não houve negociação - acabou motivando a suspensão da greve. Para os trabalhadores a suspensão do movimento foi entendida como o encerramento de uma etapa da mobilização, de maneira que parte dos questionamentos em relação às suas pautas deverá ser feito na esfera judicial, a exemplo da questão da *ParanáPrevidência* e da punição aos responsáveis pelo massacre de 29 de abril.

Em termos reais, o saldo maior e o mais positivo de todo o movimento de 2015 pode ser apontado como o desgaste político que o governo e a bancada governista sofreram e vem sofrendo, em especial, em função do Massacre do dia 29 de abril.

### *Apontamentos finais*

A partir do cenário delineado até aqui, concluímos entendendo que há dois projetos de sociedade e de educação distintos. Um tem como objetivo a busca por uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada. Contudo há outro que visa à racionalidade econômica e o fortalecimento da necessidade de se instalar, em definitivo, um Estado mínimo para a área social e, em especial para o campo da educação.

No caso das universidades, o processo de privatização já vem ocorrendo há algum tempo, evidenciando-se de forma mais acentuada por meio da venda de concessão de serviços, cobranças de taxas diversas, além da oferta de cursos pagos via fundações. No tocante à Educação Básica esse desmonte vem se materializando com o acirramento das condições já *precarizadas* das escolas, atrasos nos repasses, retirada de direitos dos servidores e etc.

Contudo, encerramos acreditando na força da luta dos trabalhadores, assim como Harvey (2015), que aponta que mesmo diante da força implacável da acumulação capitalista, manejada pela oligarquia mundial, existem possibilidades e potencialidades na resistência dos trabalhadores contra a barbárie que se alastra impiedosamente.

### *Referências:*

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros Castro. de. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985



- APP. *Fechamento de turmas do Ensino Médio por Blocos*. 2014. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=10818>>. Acesso em: 27 nov. 2014.
- APP. *Jornal APP Informa*. Especial Greve Nº 5. 2015c. Disponível em: <<file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/558.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.
- APP. *Jornal APP Informa*. Especial Greve nº 3. 2015b. Disponível em: <<file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/554.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.
- COSTA, E. Um ajuste fiscal para cevar os banqueiros e rentistas ou o mimetismo degenerado do camaleão proletário. *Resistir.info*. fev. 2015. Disponível em: <[http://resistir.info/brasil/o\\_ajuste\\_e\\_o\\_camaleao.html](http://resistir.info/brasil/o_ajuste_e_o_camaleao.html)> Acesso em: 15 jul. 2015.
- HARVEY, D. A crise da urbanização planetária. *Outras Mídias*. Tradução de Artur Renzo. Jan. 2015. Disponível em: <<http://outras-palavras.net/outrasmidias/?p=96509>> Acesso em: 01 ago. 2015.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e a crise do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2010.
- JORNAL DE LONDRINA. *Notícias Jornal de Londrina*. 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1540876&tit=Em-assembleia-professores-decidem-suspender-greve-na-Uel>> Acesso em: 24 jul. 2015.
- LEÃO, H. S. *Greve geral! Barrar o desmonte da escola pública no Paraná*. 2015a. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/artigo.aspx?id=10987>>. Acesso em: 05 fev. 2015.
- LEÃO, H. S. *A democracia foi amputada no Paraná*. 2015b. Disponível em: <<http://noticiasparana.com/a-democracia-foi-amputada-no-parana/>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- MACPHERSON, C. B. *Democracia liberal: origens e evolução*. Tradução de Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. Campinas: Boitempo, 2002.
- PARANÁ. *Plano de metas 2015-2018 Beto Richa*. Disponível em: <[http://www.betoricha.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-De-Governo-Beto-Richa\\_2014.pdf](http://www.betoricha.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-De-Governo-Beto-Richa_2014.pdf)> Acesso em: 31 jul. 2015.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RAMIRES, M. *Estádios e lutas populares*. 2015. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/artigo.aspx?id=11100>>. Acesso em 04 mar. de 2015.
- SILVER, B. *Forças do trabalho: movimento dos trabalhadores e globalização desde 1870*. Tradução de Fabrício Rigour. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SINDPROL/ADUEL. *O projeto do governador é o desmonte da educação pública*. 01 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Sindiproladuel/posts/1596994690579525>> Acesso em: 25 jul. 2015.
- WOOD, E. M. *Democracia e Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ZINN, H. *La otra historia de los Estados Unidos (Desde 1482 hasta hoy)*. Hondarribia: Lizarra, 2005.

---

### Notas:

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UNESP-Marília). Mestre em Educação (UEL). Pedagoga. Docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Estadual de Londrina. Email: mjfrui@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação (USP). Mestre em Educação (USP). Pedagoga. Docente do curso de Pedagogia - Universidade Estadual de Londrina. Email: a.ferreira@uel.br

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação (UEM). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Pedagoga. Docente do Curso de Pedagogia. Email: uel.marci@gmail.com

<sup>4</sup> O curto espaço deste texto e os objetivos por nós delineados não nos permite estabelecer as devidas distinções entre as análises teóricas elaboradas por Harvey e Mézaros. Grosso modo, Harvey aborda a crise do capitalismo a partir da crise financeira, enquanto Mézaros discute mais sobre a crise estrutural do capital. Para aprofundar esta questão indicamos a leitura de MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo. 2002 – e - HARVEY, D. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

<sup>5</sup> Vide o caso do Programa “Uma ponte para futuro”, apresentado pela atual gestão do governo federal. Tal proposta prevê a desvinculação de recursos para a educação e reforça as parcerias entre os setores público e privado e reforça também uma proposta de ensino que voltada unilateralmente à formação da força de trabalho, reduzindo a possibilidade de uma formação ampla que vise uma base sólida de conhecimentos científicos que contribuam para a emancipação humana e a transformação social.

Recebido em: 11/05/2016

Publicado em: 30/04/2017